

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Medida cria novas regras para escolas

Lei sancionada altera artigos de combate ao bullying

Foi publicada no Diário Oficial a Lei 9.063 que altera os artigos 1º, 2º e 3º e inclui os artigos 4º e 5º que alteram a lei nº 6.858/2011 que dispõe sobre medidas de conscientização contra o bullying e o cyberbullying. Segundo os artigos, creches e escolas municipais deverão, na elaboração do plano pedagógico, incluir ações e medidas de prevenção e combate por meio de uma equipe mul-

tidisciplinar e com participação de todos os profissionais de educação. Além disso, produzir relatórios periódicos sobre os casos de bullying e cyberbullying nas unidades. A medida surge como uma resposta ao caso registrado no início deste ano, quando um aluno de uma escola particular da cidade foi acusado por outro aluno da mesma unidade, por cometer cyberbullying.

Capacitações

A publicação também determina a capacitação de profissionais e a sociedade civil. Cabe a ressalva de como essa capacitação será realizada aos profissionais. Para além disso, as campanhas previstas na legislação, também precisam ser reforçadas na cidade, com a finalidade de

conscientizar alunos, pais e responsáveis. O bullying, além de ser crime, também gera impactos negativos para a vida da vítima, independentemente do período em que o caso foi registrado, gerando traumas, ansiedade, depressão e crises de pânico, caso não tratados.



Divulgação

O projeto conta com o apoio do Consulado Alemão

Amplio diálogo com o consulado alemão

O Cônsul-Geral da Alemanha no Rio de Janeiro, Jan Freigang, esteve presente na recepção de despedida da pré-temporada do Bayer 04 Leverkusen, ao lado de Pablo Kling, Secretário de Turismo de Petrópolis, Fernando Carro de Prada, CEO do Bayer 04 Leverkusen, e Bruno Costa, Subsecretário de Relações Internacionais do Governo

do Estado. Durante o evento, Pablo Kling enxergou uma valiosa oportunidade para apresentar a cidade de Petrópolis aos dirigentes da Bundesliga e do Bayer 04 Leverkusen. A cidade, que detém profundas conexões históricas e culturais com a Alemanha, está se preparando para ser a sede de um camp durante a Bauernfest de 2026.

O projeto

O projeto, que conta com o apoio do Consulado Alemão, visa não apenas promover Petrópolis como um destino turístico de importância, mas também fortalecer as relações entre o Brasil e a Alemanha, especialmente no âmbito esportivo. A realização desse camp tem o

potencial de atrair visitantes internacionais, incentivar a prática esportiva e promover um rico intercâmbio cultural entre as nações. Além de reafirmar as ligações históricas que unem os dois países, a iniciativa também reforçará o compromisso social das marcas parceiras.

Reunião sobre saúde

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes (PP), se reuniu nesta segunda-feira (28), na capital fluminense, com a Secretária de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Cláudia Mello, com a Subsecretária de Saúde Rachel Ravello e com o Deputado Federal e líder

do Partido Progressistas (PP) na Câmara dos Deputados, Doutor Luizinho. A conversa teve como objetivo a melhoria da estrutura da rede municipal de saúde na e a ampliação da capacidade de atendimento nas unidades em Petrópolis.

Prefeitura vai pagar R\$ 7,3 mi às empresas de ônibus

Município de Petrópolis vai quitar a dívida em 12 parcelas mensais

Camila Hass/CM

Por Gabriel Rattes

A Prefeitura de Petrópolis e o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Petrópolis (Setranspetro) firmaram um acordo judicial para quitar dívidas relacionadas ao subsídio do Vale Educação, mecanismo criado por lei municipal para garantir a modicidade tarifária no transporte público, ou seja, passagens mais baratas para os estudantes.

O acordo, homologado pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível de Petrópolis, prevê o pagamento de R\$ 7,3 milhões, divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 610,5 mil. A primeira parcela deve ser paga até o dia 10 de agosto deste ano, e as demais, até o dia 10 dos meses seguintes. O valor refere-se a dívidas acumuladas das competências de setembro, outubro e novembro de 2024, além de junho de 2025.

Pagamentos mensais serão mantidos

Além da quitação do débito, a Prefeitura se comprometeu a manter os pagamentos mensais regulares do subsídio do Vale Educação, no valor de R\$ 1,927 milhão, com vencimento no dia 20 de cada mês. O próximo pagamento, referente ao mês de julho, está previsto para 20 de agosto.

Multas em caso de atraso

O acordo também estabelece mecanismos de punição caso haja atraso. Se o pagamento não for



Audiência foi realizada no dia 23 de julho, na 4ª Vara Cível de Petrópolis

feito até cinco dias após o vencimento, o valor será bloqueado diretamente das contas municipais via sistema do Banco Central (Bacenjud). Em caso de reincidência (dois atrasos seguidos ou três alternados), todo o valor restante da dívida será cobrado de forma antecipada.

Audiência

Durante a audiência, representantes da Prefeitura destacaram que os pagamentos do Vale Educação estão sendo feitos desde janeiro de 2025 e reafirmaram o compromisso com o equilíbrio financeiro do sistema de transporte. A gestão atual também ressaltou que o acordo representa mais uma etapa de regularização de dívidas herdadas da administração anterior.

Já o Setranspetro pontuou que o subsídio é essencial para manter o funcionamento do sistema, que hoje transporta milhares de passageiros com gratuidade. A entidade também alertou para o risco de colapso caso os repasses não sejam feitos, como ocorreu recentemente com a paralisação da empresa Turp Transporte.

O Ministério Público, representado pela promotora Ariane Parreira de Faria, manifestou-se favorável à homologação do acordo, que foi aceito sem ressalvas por ambas as partes.

O que é o Vale Educação?

Criado pela Lei Municipal nº 6.387/2006 e ampliado por alterações posteriores, como

a Lei nº 8.209/2021, o Vale Educação assegura a gratuidade no transporte coletivo para estudantes da rede pública municipal de ensino. O benefício é válido apenas para os dias letivos e nos deslocamentos entre a residência e a escola. Para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do sistema, a legislação determina que o Poder Executivo realize repasses mensais às empresas de ônibus, calculados com base na média anual de gratuidades transportadas, dados auditados pela CPTrans. Esses recursos devem ser utilizados exclusivamente para a melhoria do transporte, com prioridade para renovação da frota e segurança dos alunos.

Movimentos sociais repudiam censura em obra "KilomboAldeya"

Reprodução/Redes sociais

Por Leandra Lima

No sábado (26), o artista visual Matheus Ribs (@.oribs), denunciou um episódio de censura, durante o Festival do Sesc de Inverno em Petrópolis, envolvendo a obra "KilomboAldeya", uma releitura da bandeira nacional que demonstra outra face do Brasil, destacando as origens indígenas e africanas nos territórios. A manifestação artística foi desmontada por agentes da Guarda Municipal da cidade, que alegaram "descharacterização do patrimônio nacional", no caso a bandeira do país.

Segundo o artista, os agentes compareceram ao Parque Municipal Paulo Rattes, com um suposto alvará, retirando a obra sem consentimento. A montagem definida pela própria curadoria do festival foi removida e retirada dos materiais de divulgação um dia após a inauguração no espaço. "A obra foi removida do espaço expositivo sem o meu consentimento, mesmo estando hospedado em proximidades do evento e disponível para qualquer diálogo. A decisão de retirá-la não foi fruto de debate artístico, técnico ou institucional: foi um ato de violência policial e de censura direta à liberdade de expressão, que evidencia o uso autoritário da força estatal contra a liberdade artística", expressou em nota nas redes sociais.

O Sesc revelou que a Guarda Municipal usou como base a Lei nº 5.700/1971, que versa sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais para desmontar a instalação, e lamentou o ocorrido, ressaltando a importância da diversidade artística para provocar críticas e reflexões.



Retirada se baseou na lei que versa sobre apresentação de símbolos nacionais

Repercussão

Supressão de ideias e proibição de manifestações artísticas é uma das características da 'censura', uma prática usada pelo corpo político ou moral, visando a proteção dos interesses do estado. Essa definição foi experimentada pelo artista que trouxe a reflexão de uma Petrópolis inventada para poucos, por insistir em apagar as memórias dos povos originários que se fizeram presente no território. "Itaipava, como parte da Região Serrana do Rio de Janeiro, possui raízes profundas no colonialismo e no escravismo, com latifúndios e estruturas ainda marcadas pela desigualdade racial e territorial. A repressão a uma obra artística nesse território mostra que o pacto colonial permanece em vigor, sobretudo quando vozes dissidentes e contra-hegemônicas se expressam publicamente", disse Matheus.

Diante do acontecimento movimentos sociais, artísticos e políticos se manifestaram sobre o caso, ressaltando a presença negra e indígena na "Cidade

Imperial". Um dos primeiros a se solidarizar com o caso foi o Museu de Memória Negra de Petrópolis, repudiando o ato – "Esse episódio não é um fato isolado: ele ecoa estruturas coloniais e racistas, que insistem em silenciar manifestações culturais que questionam e ressignificam símbolos do poder histórico no Brasil, especificamente, em Petrópolis. Nos solidarizamos com o artista e reafirmamos que a liberdade de expressão, assegurada pela Constituição Federal, é inegociável. Ressignificar a bandeira nacional para incluir matrizes indígenas e afro-brasileiras é um ato legítimo de memória, identidade e resistência, não um crime", informaram através de nota nas redes sociais.

O Coletivo Povo do Santo também ressaltou que a cidade é terra de aldeia e de quilombo. "Não aceitaremos o apagamento e silenciamento da história". A Vereadora Julia Cassamasso (Psol) e a Coletiva Feminista Popular, repudiaram a ação ecoando as palavras de denúncia. "Inacreditável a situação

de censura que aconteceu bem aqui, no município. Uma intervenção que denuncia apagamentos históricos e exalta a resistência negra, foi silenciada em praça pública. Não é um caso isolado. É sintoma de um projeto que persegue o pensamento crítico, a arte e a memória negra", expressaram. A parlamentar indagou ainda, que vai cobrar respostas da Prefeitura Municipal.

Além de Júlia, a Deputada Federal do Psol, Taliria Patrone, mostrou apoio ao artista, afirmando que o ato é uma perpetuação de um país que ainda tenta negar a identidade e esconder o genocídio histórico e atual de negros e indígenas.

O recorte levantou um debate sobre a livre circulação da arte que provoca uma reflexão de um sistema que insiste em invisibilizar aqueles que construíram o Brasil, montado por muitas mãos não mencionadas na história. E é nesse recorte que a obra se baseia – "Kilombo Aldeya é uma ideia viva convida a imaginar outros projetos de Brasil, enraizados nas matrizes indígenas e afro-brasileiras, nos territórios de resistência e nos saberes historicamente silenciados. Ainda que tentem removê-la do espaço físico, sua força permanece. Porque KilomboAldeya, como Zumbi dos Palmares, não é apenas uma presença material: é uma ideia. E ideias não se apagam. Elas se multiplicam, resistem e seguem criando brechas no apagamento" – reafirmou o artista.

Posicionamento

A Prefeitura e Guarda Municipal não se manifestaram em relação ao fato, até o fechamento desta edição.